

No olho do furacão, RP concentra financiamento do crime organizado

Região é sede de três das quatro usinas administradas pelo PCC, segundo denúncia do Gaeco e Receita Federal

ANGELO LOPES
redacao@jornalribeirao.com.br

Um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro que tomou – literalmente – de assalto o setor agro de Ribeirão Preto. Assim pode ser descrita a chamada Operação Carbono Oculto, deflagrada em 28 de agosto após a Receita Federal identificar que um núcleo comandado por membros do PCC (Primeiro Comando da Capital) utilizava a cadeia sucroenergética para financiar as atividades do crime organizado.

As investigações miraram a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no setor sucroalcooleiro paulista, em atividades ilícitas que teriam movimentado aproximadamente R\$ 54 bilhões.

Segundo a denúncia, o esquema começava nas usinas de municípios da região e passava por distribuidoras, refinarias, transportadoras e armazéns de todo o Estado até chegar a postos de combustíveis e lojas de conveniência paulistas, desaguando os recursos obtidos ilícitamente para lavagem de dinheiro na fin-

tech BK Bank — sucursal Ribeirão Preto.

O grupo criminoso teria recebido dinheiro de distribuidoras e postos de combustíveis e aplicado em fundos de investimento e na compra de imóveis e empresas, segundo a investigação. A Receita indicou que apenas em São Paulo quatro usinas foram compradas pelos fundos envolvidos com a organização criminosa e outras duas eram fruto de parceria ou estavam em processo de aquisição.

FINTECH

A BK Bank aplicava os valores em fundos de investimento, via Banco Digital, além de adquirir imóveis na planta, veículos de luxo, casas e outros negócios, custeando também a vida pessoal dos investigados.

Vale destacar que a “sucursal” de Ribeirão Preto movimentou aproximadamente 78% de toda a atividade ilícita, número muito superior ao da matriz do BK Bank, situa-

da na famosa Faria Lima, em São Paulo. As informações são do Ministério Público.

GAECO

O Gaeco identificou Mohamad e Silva como líderes de um esquema bilionário de lavagem de dinheiro no setor de combustíveis.

Além da aquisição de usinas, o grupo também assediava proprietários de terras cultivadas com cana, oferecendo valores bem acima do mercado no arrendamento, muitas vezes em dinheiro vivo. A prática chamou a atenção das demais usinas, que começaram a perder fornecedores.

A terceira fase do esquema consistia na adulteração do etanol: a produção das usinas era enviada para distribuidoras como a Rede Sol Fuel, onde o combustível era misturado com metanol importado ilegalmente pelo Porto de Paranaguá (PR).

O produto adulterado era então vendido como etanol puro. A Rede Sol Fuel Distribuidora S.A. também é alvo das investigações.

Fintech tinha contratos com RP Mobi e Prefeitura

A fintech BK Bank, sediada na Faria Lima, em São Paulo, e apontada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público como braço financeiro do PCC, mantinha até recentemente uma parceria com a RP Mobi, empresa estatal que gerencia o trânsito e transporte público de Ribeirão Preto.

A BK fornecia máquinas de cartão para os pátios de recolhimento de veículos, faturando R\$ 743 mil, com R\$ 626 mil repassados à RP Mobi. Por conta da parceria, a empresa decidiu abrir uma sede na cidade, em 2023 – mesmo período em que começou a atuar para as empresas do setor agro.

Toda a operação do Banco Digital da empresa municipal foi realizada a custo zero, segundo as documentações que o Jornal Ribeirão obteve com exclusividade, apesar de a empresa digital BK Bank ter sido inabilitada para serviços e habilitada dias depois sem prévios e posteriores fundamentos.

O que chama atenção na operação da BK Bank com a RP Mobi é que o “feed financeiro”, ou seja, a margem de lucro de uma empresa que presta serviços digitais de meios de pagamentos e recebimentos, no caso do ramo da BK, é extremamente restrito, não sendo razoável o investimento de serviços a custo zero, ainda mais considerando-se os custos de sede física, funcionários e disponibilização

de maquininha com estrutura de plataforma.

“Isso significa dizer que toda a operação foi 100% gratuita. Não se pode dizer que essa situação é ilegal, mas é absolutamente fora do padrão de mercado”, informou o especialista em mercados digitais Arthur da Fonseca.

Além desse contrato com a RP Mobi, a empresa também teve contrato direto com a Prefeitura para fornecer cartões-benefício para compra de fraldas, movimentando cerca de R\$ 3,2 milhões carregados pela Fazenda Municipal nos cartões dos beneficiários, também administrados pela BK sem cobrança de taxas.

APURAÇÃO

As investigações indicam que a Prefeitura e a empresa municipal possam ter servido a um propósito de justificar uma sede física em Ribeirão Preto, justificando a estrutura montada para lavagem de dinheiro.

A suspeita é de que a sede em Ribeirão teria servido para justificar a estrutura física usada na lavagem de dinheiro, inclusive como “geladeira” – termo utilizado para armazenamento de recursos ilícitos, principalmente em negócios envolvendo transbordo de cana. Ainda é apurado se o uso de informações sensíveis de contribuintes do cartão fralda e dos pagadores das taxas de guincho e pátio da RP Mobi foi utilizado ilegalmente pela organização criminosa.

OPERAÇÃO CUMPRIU 23 MANDADOS NA REGIÃO

As operações Carbono Oculto, Tank e Quasar foram desencadeadas pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e a Delegacia da Receita Federal.

No total, foram cumpridos 23 dos 33 mandados de busca e apreensão na macrorregião – que também abrange, além de Ribeirão, cidades como Pontal, Jardinópolis e Barretos.

Usina Carolo, em Pontal, é uma das implicadas no esquema

A Usina Carolo, em Pontal, praticamente dentro de Ribeirão Preto, é um dos principais alvos apontados como parte dos negócios fraudulentos, o que explica o caráter estratégico da operação do BK na cidade. As denúncias indicam que a usina foi adquirida há três anos por Mohamad Hussein Mourad, conhecido como “Primo”, e por Roberto Augusto Leme da Silva, o “Beto Louco”, ambos foragidos e apontados como líderes do esquema criminoso estruturado pelo PCC.

As investigações revelam ainda que eles possuem residência em área nobre de Ribeirão Preto. A Interpol incluiu a dupla na difusão vermelha, junto a outros seis suspeitos foragidos de uma megaope-

ração deflagrada contra o PCC.

A estratégia da executiva do PCC consistia em adquirir usinas em dificuldades financeiras, como a Carolo, para reestruturar as finanças desde 2023. Ao todo, seis usinas foram compradas nos últimos anos pelo grupo, todas na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Essas unidades processam, juntas, 22 milhões de toneladas de cana por safra, o que corresponde a cerca de 2,3% da produção regional. Inicialmente, Mohamad e Silva se apresentavam como investidores ou sócios ocultos, mas, por fim, o PCC obrigava os antigos donos a transferir o controle das operações, fosse de forma negociada ou coercitiva.

OUTROLADO

RP MOBI

Procurada, a RP Mobi esclareceu que “não mantém qualquer tipo de vínculo, parceria ou relação com a empresa mencionada (BK Bank)”.

PREFEITURA

Já a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de

Saúde, informou que o contrato com a empresa BK Instituição de Pagamento foi firmado em 2023, na gestão anterior, e não foi renovado pela atual administração.

“Em fevereiro de 2025, a empresa solicitou o reequilíbrio na taxa de manutenção, o que foi negado pela secretaria. A partir de então, a relação contratual foi encerrada”, diz a nota.